



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640175 - SP (2021/0013595-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : REGILENE PADILHA
ADVOGADO : REGILENE PADILHA - SP399655
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN CARLOS DE OLIVEIRA NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEAN CARLOS DE OLIVEIRA NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0014659-90.2020.8.26.0041).

O paciente encontra-se submetido ao cumprimento da pena unificada de 8 anos, no regime fechado, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de furto simples.

A impetrante sustenta o equívoco do acórdão impetrado ao manter a exigência do cumprimento de 3/5 ou de 60% para a progressão de regime em relação à pena cominada pelo tráfico de drogas, porquanto não há reincidência específica do paciente em crime hediondo ou equiparado.

Alega, então, que deve ser observada a regra do art. 112, V, da Lei de Execução Penal, segundo a qual a progressão de regime depende do cumprimento de apenas 40% da reprimenda.

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para o regime menos rigoroso mediante o cumprimento de 40% da reprimenda a que foi condenado pelo crime equiparado a hediondo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência